

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**REQUERIMENTO Nº DE 2022**
(Do Sr. Deputado Jorge Solla)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 117, VIII e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o plenário desta Comissão, que seja aprovada e realizada reunião de audiência pública para debater sobre a implementação da **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)**, instituída pela Portaria nº 992, do Ministério da Saúde, em 13 de maio de 2009.

Para a referida audiência pública proponho sejam ouvidas as seguintes entidades:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Celso Ricardo Monteiro, Coordenador da Aliança Pró-Saúde da População Negra;
- Hilton P. Silva, médico e bioantropólogo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e
- Representante do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC-UFBA).



JUSTIFICAÇÃO

Após décadas de atuação militante e pressão, os movimentos sociais conseguiram que o governo brasileiro criasse uma política com vistas a diminuir as imensas desigualdades nas condições de saúde da população negra.

Assim, em 2009 foi promulgada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) objetivando a garantia dos preceitos constitucionais como a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF. Art. 3º, IV).

A PNSIPN reconhece a existência do racismo estrutural da sociedade brasileira e as desigualdades étnica-raciais como determinantes das condições de saúde no país e visa promover a equidade através de ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças que afetam a população negra. Também tem o propósito de combater a discriminação étnica-racial no âmbito do SUS, em todos os serviços e atendimentos.

Uma vez admitidas as especificidades do ponto de vista epidemiológico foi imperioso desenvolver um conjunto de políticas voltadas para essas populações, quer sejam urbanas ou rurais (a exemplo das comunidades remanescentes de quilombos). A população negra tem determinados tipos de doenças que se manifestam com maior frequência, como a anemia falciforme, hipertensão arterial, obesidade e pré-eclâmpsia.

Além disso a população negra também sofre o impacto do chamado “racismo ambiental”: são a maioria dos moradores das favelas, das ocupações em áreas de risco, sujeitas a enchentes e deslizamentos. Negros são também a maioria da população carcerária e da população vivendo em situação de rua.

Na pandemia de Covid-19 em curso a população negra foi particularmente impactada, o que pode ser constatado quando se faz um recorte de raça e cor na relação das vítimas.

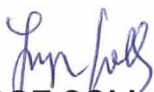
Porém, passada mais de uma década, essa importante política não foi implementada regularmente nos estados e municípios e grande parte dos trabalhadores e gestores do SUS a desconhece ou não tem compromisso com



a sua implantação. Enquanto o tempo passa, a população negra é a que mais morre precocemente de causas evitáveis, vive menos e tem pior qualidade de vida.

Pelo o que foi brevemente exposto não é possível ignorar o tema da saúde da população negra, se pretendermos construir uma sociedade melhor, mais justa e igualitária, e portanto peço o apoio dessa Comissão para realizar esse debate.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2022.



JORGE Solla
Deputado Federal (PT-BA)

